

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto: Aquisição De Equipamentos e Ferramentas para o Laboratório De Manutenção De Maquinas Pesadas "Dirceu Lopes Rodrigues"**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021)

#### 1.1. Especificações e quantidade

A presente licitação tem por objeto a Aquisição De Equipamentos e Ferramentas para o Laboratório De Manutenção De Maquinas Pesadas "Dirceu Lopes Rodrigues", nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade	Quant	Valor Unitário	Valor Total
1	Cavelete Reforçado para 3 Toneladas. Cavelete grande. Capacidade: 3 toneladas. Equipado com pino de travamento duplo para maior segurança. Acabamento em pintura eletrostática (Epóxi). Altura: Mínima: 430mm, Máxima: 610mm.	UN	4		
2	CHAVE DE IMPACTO 1/2 POL. 350NM 20V 2AH INTERCAMBIÁVEL COM VELOCIDADE VARIÁVEL E REVERSÍVEL INCLUSO CARREGADOR RÁPIDO COMPACTO. CHAVE DE IMPACTO, COM ENCAIXE DE 1/2" E 350NM DE FORÇA DE TORQUE, COM VARIAÇÕES DE VELOCIDADE E ROTAÇÕES REVERSÍVEIS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: #CHAVE DE IMPACTO; VOLTAGEM: 20V; MANDRIL DE ENCAIXE: 1/2", 12.7MM; VELOCIDADE MECÂNICA: 0-2600 RPM; TAXA DE IMPACTO: 0-3200 BPM; TORQUE: 350 NM; ROTAÇÃO REVERSÍVEL; PESO: 2 KG. #BATERIA: VOLTAGEM: 20V; POTÊNCIA: 2AH; TIPO DE BATERIA: ÍONS DE LÍTIO; DIMENSÕES: 11.4X7.5X4.5CM; PESO: 300G. #CARREGADOR RÁPIDO COMPACTO: VOLTAGEM: 127V-220V AC, BIVOLT; FREQUÊNCIA: 60HZ; TENSÃO DE SAÍDA: 21.5V, 1.5A; LUZES DE ALERTA DE FUNCIONAMENTO; CABO: 1.8M; PADRÃO: 2 PINOS E PLUG DC MACHO; PESO: 157G. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: CHAVE DE IMPACTO; CARREGADOR RÁPIDO COMPACTO BIVOLT; BATERIA	UN	3		

	20V; CLIPE PARA CINTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.				
3	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 3/4 POL. 120KGF 4500RPM. A CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA É INDICADA PARA MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA. IDEAL PARA O APERTO E DESAPERTO DE PORCAS E PARAFUSOS EM VEÍCULOS LEVES E SEMI-PESADOS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: ENCAIXE QUADRADO: 3/4"; CAPACIDADE DE PARAFUSO: M32; ROTAÇÃO LIVRE: 4500 RPM; TORQUE MÁXIMO: 120 KGF; PRESSÃO DE TRABALHO: 90 PSI; CONSUMO DE AR: 8 PCM; ENTRADA DE AR: 3/8"; PESO: 4,6 KG; MECANISMO DE IMPACTO: TWIN HAMMER; ROTAÇÃO DIRETA E REVERSA. GARANTIA: 12 MESES.	UN	3		
4	MACACO GARRAFA HIDROPNEUMÁTICO 30 TONELADAS. MACACO GARRAFA HIDRO PNEUMÁTICO, REÚNE A SEGURANÇA E ESTABILIDADE DA HIDRÁULICA COM A VELOCIDADE E PRATICIDADE DO AR COMPRIMIDO, TORNANDO PRÁTICO, RÁPIDO E LEVE A NECESSIDADE DE ELEVAR. UTILIZADO PARA REPAROS E MANUTENÇÕES NA SUSPENSÃO E RODAS DE VEÍCULOS. PRESSÃO NECESSÁRIA DO AR COMPRIMIDO PARA ATINGIR A CAPACIDADE NOMINAL DO MACACO 30 TON = 100PSI OU 7 BAR DE PRESSÃO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CAPACIDADE DE CARGA: 30 TON. ALTURA DE CONSTRUÇÃO: 250MM. DIMENSÕES DA BASE: 213 X 149 MM. CURSO DE ELEVAÇÃO HIDRÁULICA: 150MM. CURSO DO FUSO: 100MM. ALTURA TOTAL:	UN	2		

	500MM. COMPRIMENTO DA ALAVANCA: 350MM. PESO: 17,7KG.				
5	TRANSPALETE HIDRAULICO MANUAL 2500 KG. Rodas Simples Poliuretano. Dados Técnicos: Altura dos garfos abaixados (mm): 75, Altura dos garfos elevados (mm): 190, Altura total (mm): 1225, Capacidade de carga (Kg): 2500, Comprimento total (mm): 1533, Comprimento útil do garfo (mm): 1150, Curso total (mm): 115, Largura Externa do Garfo (mm): 680mm (Opcional 525mm sob consulta), Peso (Kg): 75, Roda direcional (mm): Ø 180x50 com rolamento de blind. Dupla, Roda simples ou tandem (mm): Ø 74x93 com rolamento de blind. Dupla, Rodas: Simples Poliuretano, Referencia Palettrans: TM 2500 SP, Garantia: 6 meses.	UN	1		
6	TALHA. Guincho Elétrico de 3 ton com pórtico/suporte móvel: Informações Técnicas: Capacidade: 3.000 Kg, Elevação: 9 Metros, Classificação: Iso M4, Velocidade De Elevação: 6.8 M/MIN; Velocidade De Translação: 13 M/MIN; Motor De Elevação: 1,8 Kw; Motor De Translação: 0,4 Kw, Classe De Proteção Dos Motores: Ip 54, Ajuste do Troller: 68-130 mm, Voltagem: Trifásico 220. Pórtico Móvel: tipo da viga W, altura 4 metros; com capacidade 3Ton largura 3 metros, espessura viga 8mm, largura da viga 11,5cm medida externa 2,92metros medida interna 2,72 metros, lateral 2 metros, Diâmetro da roda 13cm e largura da roda 5cm.	UN	1		

7	KIT ANDAIME COM 10 MODULOS e gaiola guarda corpo. Estrutura em ferro composta por kit andaime com 10 módulos 1,5x1,0 mts com 2 modulo piso antiderrapante 1,5mts com gaiola guarda corpo com portinhola 1,5M, com 4 rodízios giratórios com freio; fabricado conforme NR18 / ABNT6494.	UN	1		
8	GUINCHO HIDRAULICO. Com prolongador. Feito em ferro/aço; Comprimento 2086mm; Largura 1111mm; Altura 1830mm; Capacidade 3ton; Peso 222 kg; Curso do pistão 300mm; Comprimento do braço (recuado/estendido) 1594mm/2164mm; Cap. do prolongador: 1º furo: 3000 kg; 2º furo: 1050kg; 3º furo: 750kg; 4º furo: 500kg; Comprimento da corrente 1163mm; Distancia do solo (min./max.) braço estendido: 517mm/2879mm e braço recolhido: 840mm/2564mm; Base (pernas) "V"; Distância entre pernas 942mm; Tipos de rodas: Ferro (eixo de 3/4"); Modelo das rodas 2 RM-36 2 RM-3.	UN	1		
9	BANCADA PARA SOLDADOR, MESA AJUSTÁVEL EM 3 POSIÇÕES DIFERENTES (180°, 90° E 45°), AJUSTE DE ALTURA DE ACORDO COM TRABALHO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DIMENSÕES: ABERTA (C X L X A): 780 MM X 730 MM X (780 MM - 925 MM VARIA DE ACORDO COM A REGULAGEM DE ALTURA) / RECOLHIDA (C X L X A): 1030 MM X 780 MM X 207 MM. MATERIAL: AÇO CARBONO ESTAMPADO, ESPESSURA DA CHAPA: 2 MM, CAPACIDADE DE CARGA (KGF): 100 KGF, MASSA APROXIMADA: 15 KG.	UN	5		
10	BANQUETA REGULÁVEL PARA MECÂNICO COM BANDEJA PORTA FERRAMENTAS. DESENVOLVIDA PARA SER UTILIZADA EM SUPERFÍCIES PLANAS E DURAS. INDICADA PARA UTILIZAÇÃO EM LINHAS DE MONTAGEM, OFICINAS E ETC. ASSENTO GIRATÓRIO ACOLCHOADO. ALAVANCA PARA REGULAGEM DA ALTURA. REGULAGEM DE ALTURA ATÉ 120MM. RODÍZIOS GIRATÓRIOS INDEPENDENTES. ESTRUTURA EM AÇO CARBONO. CAPACIDADE	UN	5		

	MÁXIMA: 90 KG ALTURA MÍNIMA: 440MM, ALTURA MÁXIMA: 560MM.				
11	<p>SCANNER 3 SCOPE PRO com Tablet e Conjunto Acessórios Diesel Leve :contendo 01 Tablet de alta qualidade com tela de 8", capa de silicone exclusiva e carregador original; contendo, 01 Módulo de Comunicação PRO (com osciloscópio) para diagnósticos via Bluetooth, com processador ARM de 480 Mhz e preparado para veículos equipados com protocolos de comunicação de alta velocidade CAN FD e DoIP*. Possui memória RAM 4 vezes maior e capacidade de processamento 2,5 vezes maior em relação à geração anterior. Também equipado com osciloscópio digital automotivo com 3 canais de medição; 01 Cartão para habilitação da licença de utilização em automóveis e utilitários gas. / ál. / flex (Ciclo Otto); 01 Cartão para habilitação da licença de utilização em utilitários a diesel (Diesel Leve); 01 Cabo de conexão padrão OBD-CAN c/ 16 pinos (108700-01); 01 Cabo adaptador padrão Fiat c/ 3 pinos (108800-10); 01 Cabo adaptador padrão Mercedes-Benz c/ 14 pinos (108700-06); 01 Cabo adaptador padrão Iveco c/ 30 pinos (108700-08); 01 Cabo adaptador padrão Iveco c/ 38 pinos (108700-09); 01 Cabo de alimentação na bateria, para uso com o cabo padrão Fiat ou durante utilização do osciloscópio (108800-11G); 01 Fonte de alimentação do módulo, para configurações e atualizações (PRT8609); 03 Cabos principais do osciloscópio (108900-13D); 01 Cabo de aterramento com 50 cm para uso com osciloscópio (108900-15D); 03 Pontas de prova vermelhas (PRT8582); 03 Pontas de agulha vermelhas (PRT8580); 03 Pontas de agulha pretas (PRT8581); 03 Garras jacaré pretas (PRT8579); 01 Garra jacaré vermelha (PRT8634); 01 "Pinça indutiva" com cabo flexível (108905); 01 Pinça indutiva convencional</p>	UN	1		

	(108906);01 Cabo para conexão das pinças indutivas 108905 e 108906 (108900-14D);04 "Cabos de vela Ferramenta" (PRT0366); 01 Atenuador de sinal 10:1 (divide por 10 a tensão captada) para medições de tensão de até 800 V;01 Maleta plástica extra grande com nichos internos para os componentes do Scanner 3 P				
12	ESMERILHADEIRA ANGULAR 7 POL. Especificações Técnicas: Tensão: 220V; Potência: 2200W; Diâmetro Disco de Lixa: 180mm; Diâmetro Rebolo: 7"; Diâmetro Escova: 180mm ; Numero de rotações (sem carga): 8500RPM; Velocidade variável: Não; Controle de Torque: Não; 100 % Rolamento; Punho Antivibração; Material Ferramenta: Poliamida, metal e elastômero; Material Cabo: Borracha e cobre; Conteúdo da Embalagem: 1 Esmerilhadeira; 1 punho auxiliar; 1 Chave de aperto; 1 porca de apoio; 1 porca de aperto; 1 Capa protetora; 1 manual; Garantia Mínima: 1 ano.	UN	2		

13	ESMERILHADEIRA ANGULAR DE 4 1/2 POL. Especificações Técnicas: Tensão: 220V; Cor: Azul; Material do produto: Poliamida, metal e elastômero; Material do cabo: Borracha e cobre; Comprimento do cabo: 1m; Potência: 850W; Diâmetro do disco: 125mm; Rebolo: 125mm; Oscilações por minuto: 11000; Eixo: M14; Dimensões: 7,7x10x30mm. Certificado: ISO 9001:2015; Conteúdo da Embalagem: 1 Esmerilhadeira; 1 Chave de aperto; 1 Porca de apoio; 1 Porca de aperto; 1 Capa protetora; 1 Punho auxiliar; 1 Manual. Garantia Mínima: 1 Ano.	UN	2		
14	MACARICO. Para corte manual, com 3 Tubos Em Aço Inox para a Condução do Gás ao Misturador; Material do Corpo: Latão forjado; Tipo Misturador Na Cabeça do Maçarico, Material dos Tubos: Aço Inox; Angulo Da Cabeça Em 90 Graus; Acessórios: 03 Bicos de Corte para Acetileno Série 1502; Dimensões: Comprimento 530 Mm, Capacidade de Corte 300 Mm; Uso Com Bicos Mistura de Oxigênio-acetileno ou 1503 GLP.	UN	2		
15	Prensa hidráulica para 30 toneladas. Especificações Técnicas: Capacidade: 30 toneladas; Altura total: 1600mm; Largura entre colunas: 600 mm; Largura: 800mm; Curso do pistão: 150mm; Peso: (100 kg).	UN	1		
16	Parafusadeira e Furadeira de Impacto 1/2Pol. 18V Brushless com 2 Baterias 2,0Ah Carregador Bivolt e Maleta GSB 18V-90C. Especificações Técnicas: Voltagem da Bateria: 18V; Torque Máximo: 90; Torque Mínimo: 36; Configurações de Torque: 20+1; N° de Rotações: 0-630 / 2.100 rpm; Mandril: 1/2pol (13mm). Conteúdo da Embalagem: 1 Parafusadeira/Furadeira de Impacto a bateria; 2 Baterias 2,0Ah; 1 Carregador GAL 18V-40; 1 Maleta plástica L-Case; 1 Manual de instruções da ferramenta; 1 Manual de instruções do carregador.	UN	2		



17	Manômetro Digital; Portátil; Com até 4 medidas de pressão digital, 4 funções de pico, hold e datalogger; Bateria recarregável; Saída USB. Contém neste Kit: 01 Manômetro Digital; 04 Sensores de Pressão 600 Bar, 1/4" NPT, c/ cabo de 2 metros; 01 Carregador de Bateria; 01 Maleta de transporte. Características Técnicas: Entrada: até 4 sensores de pressão; Faixa: 0 a 600 BAR; Precisão leitura: 0,5% ; Indicação em Bar ou PSI; Seleção do número de sensores ( 1 a 4); Conexão hidráulica sensores: 1/4" NPT; Corpo do sensor em inox 304; Conector sensor M12 com cabo de 2 metros; Alimentação: Bateria Recarregável Li-Ion; Autonomia: 4 sensores até 40 horas; Datalogger com 35.000 aquisições; Função hold de congelamento das leituras; Função de pico máximo e mínimo; Indica a diferença entre os sensores; Display com iluminação para uso noturno; NR 12.	UN	1		
----	---	----	---	--	--

1.1.2 Todos os itens a serem adquiridos deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, tais como ABNT, NR18, ISSO, NR12 e demais regulamentações aplicáveis ao setor de máquinas, ferramentas e equipamentos de manutenção. É imprescindível que os equipamentos apresentem certificações válidas e estejam de acordo com as exigências de segurança e desempenho previstas.

1.1.3 Equipamentos e/ou ferramentas que requeiram montagem ou instalação, devem ser entregues e instalados de forma adequada e dentro das normas de segurança aplicáveis.

1.1.4 Os fornecedores deverão oferecer garantia mínima de 12 meses para todos os equipamentos e ferramentas fornecidos, além de assegurar suporte técnico durante o período de garantia. No caso de produtos que demandem manutenção periódica ou que apresentem falhas de operação, o fornecedor deverá garantir que a assistência técnica seja disponibilizada dentro de um prazo razoável, de modo a evitar a paralisação das atividades.

1.1.5 A(s) empresa (s)vencedora(s) do processo deve(m) demonstrar capacidade de entregar os produtos dentro dos prazos estabelecidos, evitando atrasos que possam prejudicar o planejamento pedagógico e também apresentar documentação que comprove sua regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, conforme exigências legais.

1.1.6 A empresa vencedora do certame deverá fornecer o equipamento e seus demais componentes de forma que esses estejam em pleno funcionamento. Também deverá garantir o transporte de qualidade e a instalação de acordo com as melhores práticas do mercado.

## 1.2. Prazo de vigência da contratação



1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

**1.3. Natureza do objeto**

1.3.1. O custo estimado total da contratação será definido após a cotação realizada pelo setor de contratações, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)**

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')**

3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)**

4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

4.2. Catálogo do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados (catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto) de todos os produtos;

4.3. O prazo de garantia deverá ser de no mínimo 12 meses, e assistência permanente em oficina própria;

4.4. Ademais, a Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas no Edital de Licitação, bem como aos dispostos na Lei nº 14.133/2021, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.5. Demais requisitos citados no Estudo Técnico Preliminar.

**5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO**

5.1. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo o valor referencial ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terá cota para ME/EPP.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

6.1. O prazo de entrega dos produtos deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento do empenho, informando previamente a data ao setor responsável para que a equipe técnica possa acompanhar o recebimento.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. O produto deverá ser entregue no endereço indicado na nota de empenho;

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

### **7.1. Rotinas de fiscalização Contratual**

7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.1.5.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.6. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.15. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7.2. São obrigações da Contratante:**

7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.

7.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.

7.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

7.2.6. Com a finalidade de controlar e gerenciar, fica a servidora pública municipal, Sra. Simony Valeze Moraes Rocha, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº. 42.023.792-6 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 340.139.218-20, designada a atuar na função de Gestor do Contrato.

### **7.3. São obrigações da Contratada:**

7.3.1. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;

7.3.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

7.3.4. Arcar com eventuais prejuízos causadas a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.3.5. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

7.3.6. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.

7.3.7. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.

7.3.8. Manter, durante toda a Vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.9. Os equipamentos entregues deverão obedecer às normas a ele pertinente e as exigidas no edital.

7.3.10. Todos os bens deverão estar acondicionados em embalagens nas quais deverão constar os dados referentes a identificação, à marca do respectivo fabricante, a data de fabricação e ao prazo de validade, no caso de materiais sujeitos à deterioração.

7.3.11. A contratada deverá no ato da assinatura do Contrato, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

7.3.12.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

8.1.9. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos produtos.

8.1.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou por indivíduo autorizado.

8.1.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

8.1.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **8.2. Liquidação:**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### **8.4. Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8.5. Do Recebimento**

8.5.1 A forma de recebimento encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**



9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, e modo de disputa **ABERTO/FECHADO/ABERTO E FECHADO/FECHADO E ABERTO**, utilizando do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

## 9.2. Exigências de habilitação

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 9.2.2. Habilitação jurídica

9.2.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.2.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.2.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.2.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 9.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

9.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

9.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **9.2.4. Qualificação Econômico-Financeira**

9.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

### **9.2.5. Qualificação Técnica**

9.2.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

9.2.5.2. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

9.2.5.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.2.5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.2.5.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação será validado em fase oportuna de acordo com o preceitua a Lei 14.133.21 e o Decreto Municipal 2.882 de 28 de março de 2023, após a realização da pesquisa de preços.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato. Ficha 940 (4.4.90.52 Equipamento e material Permanente).

Tarumã, 16 de outubro de 2024.

**Simony Valeze Moraes Rocha**  
**Supervisora de Programas**  
**Prefeitura Municipal de Tarumã**